

Promoção da alimentação saudável em escolas particulares

Promotion of healthy eating in private schools

Cristiane Marisa Ruwer^{1*}

Evelyne Marie Therese
Mainbourg^{II}

RESUMO

A escola é ambiente indicado para promover hábitos alimentares saudáveis. A portaria do MEC/MS 1.010/06 instituiu várias diretrizes com esse fim. Objetivando verificar as condições de implantação dessa portaria, fizemos um estudo qualitativo em quatro escolas particulares de Manaus, licenciadas pela Vigilância Sanitária, com descrição de práticas alimentares e práticas pedagógicas. Realizamos observações, entrevistas e grupos focais. As práticas alimentares observadas foram quanto aos alimentos disponíveis para consumo na escola. Três das quatro escolas apresentaram proporção maior de alimentos não saudáveis do que de saudáveis. Das entrevistas com diretores ou coordenadores pedagógicos e com responsáveis pela cantina e dos grupos focais com professores, pudemos perceber que a portaria em questão era desconhecida nessas escolas, mas que algumas atividades, no sentido de atendê-la, eram realizadas em sala de aula ou nos momentos de refeição; e que havia um bom conhecimento acerca das práticas alimentares dos alunos. Porém, existe necessidade de capacitação destes profissionais das escolas e inserção de nutricionista para as atividades de educação nutricional. A necessidade de envolvimento dos pais e a questão financeira foram outros desafios citados. A efetivação da promoção da alimentação saudável precisa ser estimulada e cobrada pelo setor público com medidas educativas e regulatórias.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação Escolar; Promoção da Saúde; Conhecimento; Educação Alimentar e Nutricional

ABSTRACT

The school environment is favorable for promoting healthy eating habits. The ordinance of the Ministry of Education and Ministry of Health n°. 1.010/06 has established several guidelines for this purpose. To check the conditions of implementation of this ordinance, we conducted a qualitative study in four private schools of Manaus, licensed by the health surveillance, with descriptions of feeding and pedagogical practices. Our study included observations, interviews, and focus groups. The feeding practices observed were related to the food available for consumption at school. Three of four schools had a higher proportion of unhealthy foods than healthy foods. From interviews and focus groups, we observed that the ordinance was unknown in these schools. However, some activities with the same proposal were performed in the classroom or during meals, and there was good knowledge about the food habits of the pupils. School professionals require training, and a nutritionist must participate in the team for nutrition education activities. The need for parental involvement and financial issues were other challenges cited. Effective promotion of healthy eating must be encouraged and supported by the public sector through educational and regulatory measures.

^I Universidade Federal do Amazonas, Instituto Leônidas & Maria Deane, Fundação Oswaldo Cruz (UFAM/CPqLMD/FIOCRUZ), Manaus, AM, Brasil

^{II} Departamento de Sociodiversidade em Saúde, Instituto Leônidas & Maria Deane, Fundação Oswaldo Cruz (CPqLMD/FIOCRUZ), Manaus, AM, Brasil

* E-mail: crisruwer@gmail.com

KEYWORDS: School Feeding; Health Promotion; Knowledge; Food and Nutritional Education



INTRODUÇÃO

É notória a importância que a alimentação saudável vem tomando diante da sociedade no sentido de prevenir doenças, principalmente a obesidade e doenças relacionadas a ela, como hipertensão arterial, diabetes e câncer, entre outras¹. A obesidade, em especial, tem maior frequência entre alunos de escolas particulares do que em escolas públicas^{2,3}. Essa situação mostra a importância do envolvimento destas instituições como parceiras na promoção de hábitos alimentares saudáveis.

A Promoção da Alimentação Saudável (PAS) é um dos eixos prioritários definidos pela Estratégia Global e pelos Pactos pela Vida, em defesa do SUS e da Gestão de 2006. Pode-se considerar que ela é fortalecida pela Política Nacional de Promoção da Saúde e pela Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

O compromisso de vencer a dupla carga de insegurança alimentar e nutricional constituída, por um lado, da obesidade e outras doenças crônicas não transmissíveis, e por outro, da desnutrição, carências de micronutrientes e infecções, é da Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição (CGPAN)⁴.

A promoção da alimentação saudável perpassa a prevenção de distúrbios nutricionais e a Vigilância Alimentar e Nutricional, com ações tais como: criação de ambientes favoráveis, desenvolvimento de habilidades pessoais, reforço da ação comunitária e reorientação dos serviços de saúde^{5,6,7}.

Dentre as diversas ações, um dos principais elementos é a promoção da alimentação saudável nas escolas, com a publicação da Portaria nº 1.010/06 que tem como eixos prioritários, no seu artigo 3º: ações de educação nutricional, estímulo à produção de hortas escolares, estímulo à implantação de boas práticas de manipulação de alimentos nas unidades de alimentação e nutrição escolares, restrição ao comércio e à promoção comercial de alimentos ricos em sódio, açúcar e gorduras, com incentivo ao consumo de frutas e verduras e monitoramento da situação nutricional dos escolares.

As diretrizes para a promoção da alimentação saudável em escolas preconizam a restrição de venda e comercialização de alimentos ricos em açúcar, sódio e gorduras, ao mesmo tempo em que orientam a oferta de alimentos saudáveis⁵. A promoção da alimentação saudável nas escolas prevê o engajamento de diversos atores, principalmente professores, diretores, coordenadores pedagógicos e responsáveis pelas cantinas⁵.

O objetivo deste trabalho foi o de investigar as práticas alimentares nas escolas particulares por meio da oferta de alimentos nos serviços de alimentação e nutrição (cantinas) e as práticas pedagógicas promotoras de alimentação saudável no princípio de integralidade.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, descritivo e exploratório com abordagem quantitativa e qualitativa referente às práticas alimentares e pedagógicas sobre alimentação. Foi realizado em escolas particulares de educação infantil, fundamental e médio, da

cidade de Manaus, de agosto a dezembro de 2010. Foram incluídas apenas as escolas que tinham sido licenciadas pela vigilância sanitária da Secretaria Municipal de Manaus no ano anterior, possuindo cantina ou lanchonete em suas instalações. Foram excluídas do estudo as escolas de educação especial, por atenderem uma população específica que merece estudo individualizado, escolas de jovens adultos e cursos exclusivamente profissionalizantes, por contemplarem somente indivíduos adultos.

Entre as 19 escolas que tiveram sua licença sanitária emitida no ano anterior e que atendiam a esses critérios de inclusão e exclusão, quatro foram selecionadas, em função de critérios que permitissem retratar a diversidade de situações como: nível de ensino (infantil, fundamental, médio), período de ensino (integral, parcial), área da cidade, laicidade/orientação religiosa, valor da mensalidade, classe social predominante, vínculo da cantina (terceirizada ou própria da escola, subsidiada ou não) e serviços disponibilizados pela cantina (desjejum, lanche, almoço).

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, atendendo às normas da Resolução nº 196/96 da SISNEP/CNS, sob o nº 0198.0.115.000-10. Todos os participantes (professores, diretores, coordenadores pedagógicos e responsáveis pelas cantinas) assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os dados foram coletados por meio de observações, entrevistas individuais e grupos focais com o auxílio de diário de campo e roteiros que foram devidamente testados. As entrevistas individuais foram realizadas, em cada escola, com o diretor(a) ou pedagogo(a) (n = 4) e com o responsável pela cantina que tivesse maior contato com os alunos (n = 4), para levantar, por meio de roteiro, os conhecimentos e práticas relatadas no âmbito da promoção da alimentação saudável, tendo como referência a Portaria Interministerial nº 1.010/06. Dos grupos focais, participaram ao todo 22 professores convidados em comum acordo com a direção da escola, de forma a contemplar diversas séries/anos e turnos. Tanto as entrevistas individuais como as falas nos grupos focais foram gravadas com gravador portátil Panasonic® RR-US591, com entrada USB.

Para a análise da disponibilidade de alimentos saudáveis e não saudáveis na cantina, seguimos as diretrizes do Ministério da Saúde para alimentação saudável (“Dez passos para alimentação saudável de crianças menores de 2 anos, crianças de 2 a 10 anos e para adolescentes”) que consideram alimentos saudáveis: verduras, frutas, cereais integrais e seus produtos, leite e derivados; e alimentos não saudáveis: batata frita, batata em pacote, salgados fritos (coxinha, quibe, pastel), hambúrguer e embutidos (salsicha, mortadela, linguiça, salame, presunto...), bolachas, biscoitos salgados ou salgadinhos de pacote, bolachas doces ou recheados, doces, balas e chocolates (em barra ou bombom), assim como refrigerantes⁸. Todas as análises quantitativas foram feitas através dos softwares R 2.9.0 e Minitab 15.



Os dados obtidos das entrevistas e grupos focais foram transcritos de forma literal, codificados segundo escola (Escola I, Escola II, Escola III, Escola IV) e por categoria de sujeitos: responsável de cantina (C), diretor (D) e professores (P), com a mesma numeração da escola a que pertencia e um número para individualizar cada professor. Assim, P1I, indica que se trata do professor 1 da escola I, e assim sucessivamente. Os dados qualitativos foram tratados e analisados em matrizes conforme Minayo⁹.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Práticas alimentares e alimentos observados

Mostramos, na Tabela, o resultado das observações realizadas nas cantinas.

Os alimentos não saudáveis mais encontrados foram salgados fritos ou assados e com recheio à base de embutidos ricos em sódio, refrigerantes, sucos industrializados de caixinha, salgadinhos de pacote, bolachas recheadas, balas e outros doces. Esses resultados são semelhantes aos encontrados em Brasília¹⁰.

Entre os alimentos saudáveis encontramos, na escola IV, sopa, frutas e preparações à base de leite. Porém, nesta mesma escola ocorre um fato curioso: as guloseimas são vendidas com a finalidade de arrecadar fundos para a compra de vegetais, uma vez que a horta não produz quantidade suficiente.

Essas besteiras: vendíamos na escola. Isso era uma forma também de ajudar a instituição (P1IV).

Esse dinheiro ajuda na verdura da cozinha (CIV).

As escolas que servem aos alunos, além do lanche, o almoço, ambos custeados por entidades, oferecem maior frequência de alimentos saudáveis. Na escola III, os alunos ficam em período integral e fazem três refeições no local, sendo que os lanches ainda apontam situações menos saudáveis: não fazem frituras, mas os recheios são de embutidos ricos em sódio. Mas isso não ocorre de forma tão intensa como nas escolas I e II. Percebe-se aqui que no momento em que crianças e adolescentes têm a liberdade de escolher seus alimentos, eles compram o que gostam, confirmando o observado por outros autores¹¹. A escola IV é a única cuja cantina é própria e fornece refeições mais saudáveis, embora tenha dificuldades em garantir que os alunos façam escolhas saudáveis.

Dentre os alimentos mais consumidos pelos alunos estão pizza, pastel e outros salgados assados, mas com recheios à base de

embutidos e queijo com altos teores de sódio (jacaré, enrolado de salsicha, misto quente e folhados). Vale assinalar que, curiosamente, o pastel não é entendido como uma fritura, na fala dos responsáveis pela cantina.

Aqui, nós não fazemos fritura (CI).

Nós deixamos de fazer as frituras (CII).

Este achado é similar ao encontrado em cidades do Estado de São Paulo onde também foi constatado que, nas escolas em que os alunos têm liberdade para comprar os lanches, as opções existentes são menos saudáveis, atendendo aos gostos de consumo dos alunos que geralmente têm sido em função do paladar conforme o padrão alimentar atual das crianças e adolescentes, que é rico em alimentos não saudáveis^{2,12}.

Não ocorre restrição, conforme recomendado na Portaria nº 1.010/06, à venda de alimentos ricos em açúcares, gorduras, sódio; e o estímulo à venda de alimentos saudáveis é muito restrito, principalmente por não haver aceitação por parte dos alunos.

Nos dias de hoje, é complicado entre aspas “tentar promover” uma alimentação saudável para criança, para adolescente, até para um jovem, porque eles nunca vão trocar um belo sanduba por uma fruta; mas a gente até tentou colocar frutas, mas não tinha saída... (CII).

Essa restrição também é dificultada pelo fato de que, no Estado do Amazonas, ainda não foi regulamentada a comercialização de alimentos em cantinas escolares, como já ocorreu em outros estados como Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina, além do Distrito Federal onde a vigilância sanitária é responsável pela fiscalização da aplicação dessas normas na comercialização e na propaganda de alimentos ricos em açúcares livres, gorduras trans, sódio e no estímulo a alimentos saudáveis. Vale informar que a lei da alimentação saudável em escolas de Manaus publicada em janeiro de 2010 (regulamentada somente em janeiro de 2011), não faz menção de restrição na venda de alimentos não saudáveis¹³. Com relação às guloseimas, os entrevistados acreditam que a suspensão da sua venda na escola não impede seu consumo, pois, mesmo tendo outras opções, os alunos trazem guloseimas de casa.

Os pais devem colaborar. (P1IV)

Entre as observações feitas na hora do lanche, registramos que todas as escolas tinham um espaço definido para esse momento, mas que havia uma diversidade de situações: desde uma disciplina mais rígida de sentar-se à mesa (E II), pegar o lanche na saída e o consumir em pé do lado de fora do refeitório (E III), até uma variação na própria escola a ponto de alguns lancharem na sala de aula com melhor observação da professora (infantil na EI e EII) ou ficarem mais à vontade com liberdade de circular pelo pátio ou permanecer no refeitório na EI e EIV.

Para o almoço nas escolas que oferecem essa modalidade, observamos a questão disciplinar e organizacional do ato alimentar

Tabela. Quantidade de alimentos saudáveis e não saudáveis disponíveis nas cantinas de escolas particulares, Manaus, 2010.

Tipos de alimentos	Escola I	Escola II	Escola III	Escola IV
	n	n	n	n
Alimentos saudáveis	1	2	2	4
Alimentos não saudáveis	5	6	3	3
Total	6	8	5	7



em coletividade (E II, E III e E IV), o que é também uma prática de alimentação saudável, pois o fato de realizar refeições sentado e em ambiente acolhedor contribui de forma positiva para o ato alimentar¹⁴.

Práticas alimentares e alimentos mais consumidos pelos alunos segundo os entrevistados

Houve dificuldade, por parte dos entrevistados, de conceituar “práticas alimentares” que são aspectos concretos da alimentação, empiricamente observáveis¹⁵, sendo que na maior parte das vezes, elas foram entendidas como hábitos alimentares e, muitas vezes, confundidas com alimentação saudável ou necessidade desta. Embora houvesse essa dificuldade em definir prática alimentar, todos souberam descrever as práticas alimentares dos alunos e refletir sobre as mesmas, bem como sobre a participação dos pais nesse processo.

Todos os entrevistados demonstraram conhecer as práticas alimentares dos alunos na escola e, em algum momento, observaram mais de perto a situação, na hora das refeições na escola. Os professores principalmente fazem um acompanhamento diário na hora do lanche. Já os diretores, o fazem com frequência menor (E I e E II).

[...] são as professoras que acompanham mais [...] (D I e D IV).

Os relatos dos professores, com relação ao conhecimento sobre os alimentos mais consumidos foram os mesmos que os dos responsáveis pela cantina de cada escola. Foram mais citados pelos entrevistados das escolas I, II e III: pizza, pastel e salgadinhos assados (jacaré e enrolado de salsicha) e na E IV a citação unânime dos participantes foi “canja”. Foi também percebida por estes a questão da monotonia alimentar, inclusive no caso dos alimentos que vêm de casa: os alunos escolhem sempre as mesmas coisas, assim como os pais têm certa dificuldade em variar os lanches. Essa situação não ocorre nas escolas III e IV, sugerindo que, onde há pessoal treinado e com maior controle sobre o serviço de alimentação, há maior variedade de alimentos e estímulo a novos sabores.

A monotonia alimentar foi também observada num estudo referente a pré-escolares de três capitais de estado da região amazônica, o que demonstra a necessidade de intervenção com atividades de educação nutricional no que tange à variedade de alimentos disponíveis nessa região¹⁶.

Segundo o relato da diretora D III, ao final dos três anos de convivência em regime integral, os alunos acabam adquirindo novos hábitos alimentares, reforçando a ideia de que a estimulação persistente tem resultados na introdução de novos hábitos alimentares¹⁷.

[...] Eles não gostam de comer legumes; e aqui eles passam a comer. Não se alimentavam, por exemplo, do feijão, do arroz, de uma carne. Comiam bobagem. Alimentavam-se de sanduíche e de pipoca. Aqui, no início, eles nem gostavam de ir pro restaurante; e depois quando saem sentem falta do nosso sistema [...] (D III).

Quanto à alimentação saudável, as opiniões foram mais concentradas na alimentação balanceada em nutrientes e variedade, no fato de fazer todas as refeições e de estabelecer horários e rotinas (escolas I, II, III e IV). Isso vem demonstrar o quanto esse assunto precisa ser reforçado entre educadores e responsáveis por cantinas, pois não foram mencionadas outras dimensões da alimentação saudável, do prazer relacionado à alimentação saudável, à exceção da E I.

A questão do alimento seguro (data de validade, conservação e procedência) foi pouco citada, e somente por professores da E I e responsáveis pela cantina C I e C II.

[...] Saudável é o que não faça mal. Assim, tem certos tipos de queijos que as crianças menores não se adaptam [...] (C II).

Tem aluno que já trouxe até iogurte vencido. Parece que os pais não tão nem aí [...] (C I).

Após as primeiras indagações, perguntamos se os entrevistados já conheciam a Portaria nº 1.010/06 que trata da promoção da alimentação saudável em escolas e percebemos que a referida era praticamente desconhecida por todos os entrevistados.

Essa constatação vem mostrar o quanto o desenho traçado pelos Ministérios da Educação e da Saúde para a promoção da alimentação saudável em escolas está distante do envolvimento com a sociedade civil e os parceiros, como as escolas particulares. Isso pode ser um reflexo da centralização, em nível federal, da maioria dos programas de combate aos problemas nutricionais⁴.

Atendendo às diretrizes da Portaria nº 1.010/06

Mesmo não tendo conhecimento da Portaria, os professores desenvolvem algumas atividades, principalmente nas disciplinas de ciências, em todas as escolas pesquisadas, no ensino fundamental e médio. As práticas mais comuns relatadas se referem aos conteúdos em sala de aula, painéis, atividades lúdicas (teatro de fantoches, desafio da semana sem refrigerante, feira de ciências e teatro) e conversas com os pais de alunos da educação infantil. O teatro foi utilizado em grupo de adolescentes no município de Tatuí - SP, e mostrou o quanto esta atividade é uma importante ferramenta para a educação nutricional de jovens¹⁸.

Na escola III há um programa integrado com uma equipe multidisciplinar composta por um professor de biologia, o serviço médico, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e o setor de nutrição que faz o monitoramento do estado nutricional e acompanhamento de outros casos de saúde, inclusive bulimia e anorexia, conforme informado pelos professores e a diretora. A escola II também fez referência à preocupação com bulimia e anorexia entre as alunas adolescentes, indo além do problema de obesidade e outras DCNT.

A escola IV se diferencia das outras pela horta e pela participação ativa no processo de educação alimentar, estimulando a experimentação de outros sabores. Além do mais, essa escola tem vínculo com a unidade básica de saúde do bairro e também ligação religiosa com a doutrina espírita que, segundo uma



professora, ressalta a relação de amor e respeito com Deus através da alimentação saudável.

[...] Também, assim é a própria doutrina como a gente tem aprendido, que nós devemos cuidar e zelar pelo nosso corpo. Dizemos que ele é um empréstimo de Deus. Então, nas aulas, eu procuro enfatizar isso: que o nosso corpo, quem deu foi Deus; e nós precisamos cuidar dele como nos alimentarmos saudavelmente, né? Não comer essas besteiras aí [...] (P5IV).

Facilidades, dificuldades e desafios

No tocante às facilidades, foi citada pelos cantineiros a possibilidade de preparar e oferecer outros alimentos. Na Escola III, a equipe multidisciplinar foi também apontada como elemento facilitador do processo, o que de fato confere um caráter integral ao atendimento do aluno.

O que ficou nítido é que há menos facilidades do que desafios. Dentre estes, o mais citado por professores e responsáveis pelas cantinas, foi o apoio dos pais, sem o qual qualquer ação torna-se ineficaz. Assim sendo, o investimento maior para o êxito da proposta está na criação de vínculos mais fortes entre pais e escola.

Cabe aqui uma reflexão acerca do meio em que a sociedade vive, pois a indústria, o comércio e a publicidade exercem forte pressão sobre o comportamento alimentar. A importância da questão comercial provoca muitos dos desafios, pois os pais são os consumidores que pagam a escola, que decidem o que consumir e que entregam dinheiro aos filhos para que esses escolham o que querem comprar para comer e nem sempre estão dispostos a ouvir opiniões a respeito da alimentação dos filhos.

[...] Estou pagando; e vocês têm que dar o que meu filho quiser comer (CI).

A gente tem que dar aula, e pronto. Não tem que estar se metendo. Nem todos os pais dão abertura para o diálogo. (PII).

Por outro lado também, muitas professoras e responsáveis por cantina colocaram-se também como mães. Existe uma fragilidade e até uma ambiguidade nesse sentido, pois, por medo de que seus filhos não se alimentem, acabam fazendo concessões em alimentos não saudáveis (PI, PII, PIV, CIV).

[...] Minha filha não quis mais levar a lancheira com a fruta. Dizia que tinha vergonha, que queria tomar suco de caixinha, como os colegas. Aí, a gente acaba fazendo a vontade do filho, que é um erro (P4I).

[...] Eu tenho aluno que a mãe dele é dona de um mercadinho. Então, todo dia, é um refrigerante e um bolinho, sendo que o mercantil dela vende frutas. Então ela manda o que ele quer, o que ele gosta de consumir (P1IV).

Na promoção do consumo de frutas, legumes e verduras, o estímulo ao consumo destes alimentos tem sido um dos maiores desafios para a saúde pública¹⁹. Um dos fatores limitantes pode ser relativo à análise de riscos que a sociedade faz, de acordo com

sua apropriação dos conhecimentos. O mesmo autor, ainda analisando a trajetória histórica do país, refere que os riscos aceitos pela sociedade em relação à alimentação são ainda muito voltados ao comer, a ter alimento disponível e não à qualidade deste, privilegiando somente a provisão. Outros estudos reforçam essa análise evidenciando que a preocupação maior dos pais em relação à alimentação refere-se à quantidade e não à qualidade^{11,20}.

Outro desafio importante é a questão financeira existente nessa relação de mercado entre cantina e aluno, uma vez que a cantina é fonte de subsistência, e assim só disponibiliza para vender o que tem saída. Caso contrário, tem prejuízo.

Só que as crianças não gostam. Entendeu? Elas não consomem. Então, é um gasto pra nós. Que a gente tira nossa renda daqui e ainda tem que pagar nossas coisas. Tem que ser o que elas mais consomem. Salada de fruta não sai. (Temos prejuízo) (CI).

Nessa reflexão cabe um parêntese no sentido de que as percepções sensoriais interferem na escolha dos alimentos. Os cinco sentidos causam sensações e percepções do que se deve e quer ou não consumir. Para crianças, principalmente, a palatabilidade de determinado alimento tem grande importância na definição de suas preferências alimentares em que o doce e a familiaridade com o alimento têm também papel decisivo. O vínculo do alimento com brindes, embalagens com desenhos, jogos, premiações também influenciam o consumo alimentar¹⁷.

Os responsáveis das cantinas explicaram que, por conta do custo dos alimentos saudáveis, havia prejuízo financeiro, pois são menos demandados. Desta forma, eles deixaram de oferecer esses alimentos, dificultando o processo de repetição sistemática da oferta desses alimentos saudáveis que visa incentivar o consumo dos mesmos pelo fato de sempre estarem no cardápio¹⁷.

Os alimentos saudáveis são mais caros, ou então demoram mais tempo para serem fornecidos na hora do lanche; o que repercute na escolha do aluno, pois o preço e a rapidez de ser servido são determinantes^{21,22}.

Por exemplo, o jacaré é 1,50. A pizza é 2,00. O sanduíche é mais caro: 2,50 a 3,00. Aí então, sai mais barato o refrigerante que é R\$1,50. O suco já é 2,00, por exemplo. O lanche, se você comprar o salgado e o refrigerante, sai a 3,00. Se você for comprar um pão com queijo e tucumã: 2,00, mais 2,00 do suco, sai 4,00. Dá 1,00 a mais. Também, a questão da rapidez, porque eles chegam lá, e já pegam o suco e o salgado. Quando pedem o sanduíche, eles pedem e ainda ficam esperando aprontar o sanduíche. Tem isso também (P3II).

O mercado competitivo, de acordo com a opinião de professores entrevistados, em que as escolas particulares são concorrentes entre si, dificulta a possibilidade de troca de experiências com outras escolas; o que talvez fosse possível com escolas públicas que não são concorrentes.

Também divulgar uma alimentação saudável para outras escolas, é difícil às vezes você trocar experiências,



principalmente a gente que é particular com a nossa concorrência. Só se for pública; e é difícil [...] (P3II).

Há também uma grande dificuldade em combater as informações fornecidas pela mídia (propaganda da indústria de alimentos em cinemas, filmes, novelas, games); o que vem reforçar a importância do papel da ANVISA com a regulamentação da propaganda e publicidade de alimentos^{4,5,23}.

[...] em relação à mídia, ao cinema, aos filmes que eles assistem, novelas são coisas que influenciam, games, quem sabe, eles vem bombardear de informações para você ser assim: você tem que fazer isso. Para você ficar assim, tem que comer isso, [...] Então, acaba sendo que são coisas inerentes a nós (P4II).

Reforçando essas colocações, estudos de Doyle Feldman no ano de 1997, em que 83% dos adolescentes da região norte apontaram a televisão como responsável por suas preferências alimentares¹¹.

Alguns estudos realizados em filmes de 1991 a 2005, mostram alimentos de baixo valor nutritivo e lojas de *fast food* que aparecem com alta frequência; o que pode, se não bem monitorado, servir de válvula de escape para publicidade velada, caso a regulação da propaganda sobre alimentos se torne mais agressiva^{24,25,26}.

Estes achados deveriam ser utilizados em atividades educativas no sentido de apontar a influência do ambiente social na movimentação dos desejos de consumo; e alertam para o fato que os profissionais atuando na educação nutricional tem o compromisso de contestar o ambiente social e de contribuir para que os sujeitos tenham informações e ferramentas para transformação da realidade²⁴.

Uma dificuldade bastante comentada foi relativa à distância que as escolas particulares têm em relação aos órgãos públicos reguladores como as Secretarias de Educação e de Saúde, de modo que se percebe que as informações chegam antes nas escolas públicas. Essa situação se reflete também nos estudos acerca do tema, pois, na maioria das vezes, são realizados em escolas públicas, à exceção de um estudo em Brasília, que abordou escolas públicas e privadas¹⁰.

Para a diretora da Escola IV, partindo do princípio que a educação alimentar se dá pelo exemplo, o desafio maior é com os professores. Entende que fica muito difícil ensinar bons hábitos alimentares se os professores também não os têm; e isso confere também com a fala das professoras na mesma escola.

Pra mim, o desafio é do próprio educador porque, às vezes, ele não gosta. Tudo parte do exemplo. Como é que eu vou motivar para que a criança mude o hábito alimentar, se eu também chego, quero refrigerante, quero um salgado; ao invés de tomar um lanche ou almoçar na escola? (DIV).

A gente também não gosta de mingau de aveia. Aí também não insisto (PIV).

A possibilidade de inserção dos conteúdos em todas as disciplinas é vista com cautela, sendo que os professores da EIII que têm disciplinas de caráter mais tecnológico são os que sentem maior dificuldade de inserir este conteúdo de alguma forma nas

aulas. De forma geral, os professores (principalmente) relataram que necessitam de capacitação. Não se sentem preparados e habilitados para trabalhar a alimentação saudável nesse contexto maior. Muitos fizeram referência à necessidade de ter um nutricionista na escola, situação que também foi encontrada em estudos do município de São Paulo e São Carlos (São Paulo) e em Xaxim (Santa Catarina)^{27,28}.

Temas transversais não devem ser considerados somente como parte de disciplina, mas também como assuntos de preocupação geral, de caráter formativo, intrínseco à escola e ao seu papel na comunidade com importante correlação entre ciências, estudos sociais e educação física⁶.

Divulgação da promoção da alimentação saudável nas escolas

Os participantes fizeram algumas sugestões para a implementação da promoção da alimentação saudável nas escolas, a começar por uma divulgação maciça por parte das Secretarias de Saúde e de Educação, com utilização da mídia. Expressaram também que gostariam de ser chamados para conversar sobre o tema com a Secretaria de Educação e o Conselho de Educação.

[...] Era bom se viesse no saquinho de “m” (marca do salgadinho) [...] dizendo que aquilo faz mal para o organismo ou no saquinho de chiclete... seria uma boa ideia... jogar na mídia fazer uma propaganda assim como se faz com o álcool no trânsito... (PIV, PII).

[...] Conselhos, Secretaria de Educação, eles devem ter uma política para as escolas privadas. Também divulguem esse tipo de informação, e até atuem em termos de cobrança, verificação (escola privada, acaba que fica só no aguardo de chegar até a informação). Utilizar a mídia: eles utilizam tanto a mídia para divulgar outras coisas (bolsa família, bolsa escola), então divulgar os bons hábitos alimentares, o que tem sido feito, o que a legislação diz. Que aí, os pais podem até cobrar, se eles conhecerem, eles podem até cobrar e, se eles não conhecerem, para eles, está tudo bom (DII).

O setor saúde, inclusive a Vigilância Sanitária (ANVISA e DVISA municipal), foi mencionado também como agente de divulgação.

Os órgãos de saúde, por exemplo a ANVISA, deveria mostrar essa portaria... a medida dos fiscais... Seria bom se andassem com uma cópia dessas para mostrar. Seria bom porque é complicado. A gente desconhece. Eu acho que a melhor forma seria essa... (CII).

[...] Quem promove esses elementos e organiza, é o responsável pela divulgação. Senão, a divulgação não chega. Ninguém fica buscando a informação, o que tem de novo. A gente sempre procura saber o que tem de novo é na área direta de educação (DII).

A Secretaria de Saúde, os postos de saúde da própria comunidade poderiam estar convocando as escolas da própria zona de cada um, envolvendo essas discussões. Pra mim, a responsabilidade maior é do Ministério da Saúde (DIV).



Em concordância com outros autores, fica claro que há necessidade de superação da abordagem unilateral e verticalizada dos processos de educação na saúde, a fim de favorecer a amplitude das divulgações em saúde⁴.

CONCLUSÃO

A existência da Portaria nº 1.010/06 por si só não vai resolver os problemas da alimentação errônea nas escolas, mas é um importante instrumento norteador. Porém, percebe-se que falta avançar no sentido de conquistar o segmento educacional para a participação neste processo; e que falhas existem no momento em que as situações são pactuadas de forma centralizada pelo Ministério da Saúde e o Ministério da Educação que não levam até a ponta da rede as informações necessárias.

Há que se fazer uma profunda reflexão quanto ao papel da mídia, do marketing, das políticas de mercado e até do capitalismo. Os cidadãos são frutos deste meio, com profundas mudanças no modo de viver da sociedade²⁹.

O mercado de trabalho se expandiu, aumentando a mão de obra feminina que outrora era provedora da alimentação em casa. O ritmo de vida mais acelerado obriga as pessoas a procurarem alimentos fora de casa, onde preço, qualidade e rapidez são os principais requisitos na hora da escolha do local de alimentação. O maior exemplo de rapidez é oferecido pelos *fast food* cuja essência não seria o que eles são, mas sim como eles são, com toda sua velocidade^{15,21,29}.

Nesse meio, a publicidade tem forte carga no incentivo ao consumo de alimentos nem sempre saudáveis. Há reflexões também acerca do *ethos* infantilista e da rapidez de inserção e de assimilação das crianças na atualidade. As maiores vítimas são as crianças; pois as mesmas são vistas como consumidores pobres, e o marketing vende a ideia de que as crianças podem ser preparadas a se tornarem indivíduos independentes, quando na verdade são desprotegidas e suscetíveis à manipulação externa²¹.

REFERÊNCIAS

1. Oliveira CL, Fisberg M. Obesidade na infância e adolescência: uma verdadeira epidemia. *Arq Bras Endocrinol Metab.* 2003;47(2):107-8.
2. Andrade DEG. Prevalência de sobrepeso e obesidade em crianças de escolas públicas e privadas do ensino fundamental da cidade de Franca - SP e alguns fatores de risco associados [dissertação]. Ribeirão Preto: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2006.
3. Campos LA, Leite AJM, Almeida PC. Prevalência de sobrepeso e obesidade em adolescentes escolares do município de Fortaleza, Brasil. *Rev Bras Saúde Mater Infant.* 2007;7(2):183-90. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-38292007000200009>
4. Alcântara LBC, Gugelmin SA. Políticas públicas em alimentação e nutrição no Brasil. In: Barros DC, Silva DO, Gugelmin AS, organizadores. *Vigilância alimentar e nutricional para a saúde indígena.* Rio de Janeiro: Fiocruz; 2006. p. 123-54.
5. Ministério da Saúde, Ministério da Educação (BR). Portaria Interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. *Diário Oficial da União.* 8 maio 2006.
6. Bogus CM, Westphal MF, Mendes R, Santos KF. A promoção da saúde no âmbito escolar: a estratégia escola promotora de saúde. In: Diez-Garcia RW, Cervato-Mancuso, AM, organizadores. *Mudanças alimentares e educação nutricional.* Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2011. (Nutrição e metabolismo). p. 181.



7. Castro IRR, Castro LMC, Gugelmin SA. Ações educativas, programas e políticas envolvidas nas mudanças alimentares. In: Diez-Garcia RW, Cervato-Mancuso, AM. organizadores. Mudanças alimentares e educação nutricional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2011. (Nutrição e metabolismo). p. 22.
8. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Protocolos do sistema de vigilância alimentar e nutricional na assistência à saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2008.
9. Minayo MCS, organizadora. Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2005.
10. Schmitz BAS, Recine E, Cardoso GT, Silva JRM, Amorim NFA, Bernardon R et al. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. Cad Saúde Pública. 2008;24(Sup2):S312-22. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2008001400016>
11. Lauss MF, Nascimento PCBD, Almeida SS, Costa TMB. Determinantes ambientais do comportamento alimentar. In: Diez-Garcia RW, Cervato-Mancuso, AM. organizadores. Mudanças alimentares e educação nutricional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2011. (Nutrição e metabolismo). p. 118.
12. Danelon MAS, Danelon MS, Silva MV. Serviços de alimentação destinados ao público escolar: análise da convivência do Programa de Alimentação Escolar e das cantinas. SAN. 2006;13(1):85-94.
13. Manaus. Decreto nº 0741, de 12 de janeiro de 2011. Regulamenta a lei nº 1.414 de 22 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a alimentação saudável nas escolas públicas e privadas de ensino na cidade de Manaus. Diário Oficial de Manaus. 15 jan 2011.
14. Marinho FCM, Assao TY, Cervato-Mancuso AM. Percepções e práticas dos diretores e coordenadores acerca da alimentação infantil em creches públicas do município de Jandira, São Paulo, Brasil. SAN. 2010;17(2):40-9.
15. Poulain JP. Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar. Florianópolis: UFSC; 2004.
16. Marinho E, Roncada MJ. Ingestão e hábitos alimentares de pré-escolares de três capitais da Amazônia ocidental brasileira: um enfoque especial à ingestão de vitamina A. Acta Amaz. 2003;33(2):263-74.
17. Coelho HDS, Silva MEMS. Aspectos sensoriais da alimentação em programas de educação nutricional. In: Diez-Garcia RW, Cervato-Mancuso, AM. organizadores. Mudanças alimentares e educação nutricional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2011. (Nutrição e metabolismo). p. 207.
18. Toassa EC, Leal GVS, Wen CL, Philippi, ST. Atividades lúdicas na orientação nutricional de adolescentes do Projeto Jovem Doutor. Nutrire: Rev Soc Bras Alim. Nutr = J Braz Soc Food Nutr. 2010;35(3):17-27.
19. Gomes FS. Contribuições das ciências sociais e da filosofia para a construção de recomendações nutricionais. In: Diez-Garcia RW, Cervato-Mancuso, AM. organizadores. Mudanças alimentares e educação nutricional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2011. (Nutrição e metabolismo). p. 43.
20. Ramos M, Stein LM. Desenvolvimento do comportamento alimentar infantil. J. Pediatr. 2000;76(supl. 3):S229-37.
21. Barber BR. Consumido: como o mercado corrompe crianças, infantiliza adultos e engole cidadãos. Rio de Janeiro: Record; 2009.
22. Diez-Garcia RW. Mudanças alimentares: implicações práticas, teóricas e metodológicas. In: Diez-Garcia RW, Cervato-Mancuso, AM. organizadores. Mudanças alimentares e educação nutricional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2011. (Nutrição e metabolismo). p. 3.
23. Diez-Garcia RW. A publicidade e as práticas alimentares. In: Diez-Garcia RW, Cervato-Mancuso, AM. organizadores. Mudanças alimentares e educação nutricional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2011. (Nutrição e metabolismo). p. 128.
24. Vieira MNCM. Educação nutricional pelo cinema. In: Diez-Garcia RW, Cervato-Mancuso, AM. organizadores. Mudanças alimentares e educação nutricional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2011. (Nutrição e metabolismo). p. 340.
25. Shuterland LA, Mackenzie T, Purvis LA, Dalton M. Prevalence of food and beverage brands in movies: 1996-2005. Pediatrics. 2010;125(3):468-74. <http://dx.doi.org/10.14542/peds.2009-0857>
26. Cassady D, Townsend M, Bell RA, Watnik M. Portrayals of branded soft drinks in popular american movies: a content analysis. Int J Behav Nutr Phys Act. 2006;3(4):1-8. <http://dx.doi.org/10.1186/1479-5868-3-4>
27. Davanço GM, Taddei JAAC, Gaglianone CP. Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico, expostos e não expostos a curso de educação nutricional. Rev Nutr. 2004;17(2) 177-84. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732004000200004>
28. Piccoli L, Johann R, Corrêa EN. A educação nutricional nas séries iniciais de escolas públicas estaduais de dois municípios do oeste de Santa Catarina. Nutrire: Rev Soc Bras Alim Nutr J Braz Soc Food Nutr. 2010;35(3):1-15.
29. Popkin BM. O mundo está gordo: modismos, tendências, produtos e políticas que estão engordando a humanidade. Rio de Janeiro: Elsevier; 2009.
30. Roberts P. O fim dos alimentos. Rio de Janeiro: Elsevier; 2009.



Esta publicação está sob a licença Creative Commons Atribuição 3.0 não Adaptada.
Para ver uma cópia desta licença, visite http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/deed.pt_BR.